

Eleição decisiva



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

Parte importante da grande imprensa lamenta, de forma ostensiva ou discreta, a decisão do governador de São Paulo, Tarcísio Freitas de se candidatar à reeleição. Essa escolha não foi decidida de última hora, nem a ela o personagem chegou de maneira afoita. Ao contrário, desde o final do ano passado ele havia manifestado a pessoas de sua confiança que não gostaria de bater de frente com o presidente Lula. E também não queria ser um candidato tutelado pela família Bolsonaro, que abriga dissidências, problemas, questões internas pesadas, ódios e rancores. Enfim, um grupo tóxico. Melhor ficar distante, sem romper seus laços. Afinal de contas, Tarcísio tornou-se governador de São Paulo por indicação de Jair Bolsonaro. Ninguém deve atirar pedras no passado.

Esse era um caminho decidido. Supostamente mais fácil, menos tumultuado, que resguarda o governador para sua verdadeira opção: ser candidato à Presidência da República nas eleições de 2030. Quatro anos fazem uma eternidade no Brasil. O país sofreu muito nas últimas décadas como consequência do radicalismo, que impediu petistas de tomarem as decisões certas e inibiu conservadores de enxergarem a realidade. O mais claro e gritante exemplo é a tragédia da empresa estatal de correios no Brasil. Conseguiu a proeza de realizar deficit de R\$ 12 bilhões,

significa que, além de gestão ruinosa e irresponsável, a empresa foi conduzida por políticos com interesses paroquiais. O resultado é calamitoso.

A questão política no Brasil se reduziu às narrativas, que, de tanto serem repetidas, tendem a prevalecer como verdade. A gestão de tendência esquerdista, como se pretende à do PT, privilegia a ação social. O custo é imenso. Mais da metade da população brasileira está registrada nos computadores do Ministério do Desenvolvimento Social, que controla as diversas bolsas distribuídas pelo governo. O governo também controla o IBGE, o que facilita a divulgação de números favoráveis à atual gestão. O apoio à metade dos brasileiros custa caro, muito caro. Os impostos asfixiam a economia, obrigam o Banco Central a colocar os juros na estratosfera e inibem o crescimento econômico. Quando reconheceu o governo de Pequim, em 1975, o Brasil tinha produto interno bruto várias vezes superior ao da China. Hoje é o contrário. O Brasil parou nas últimas décadas.

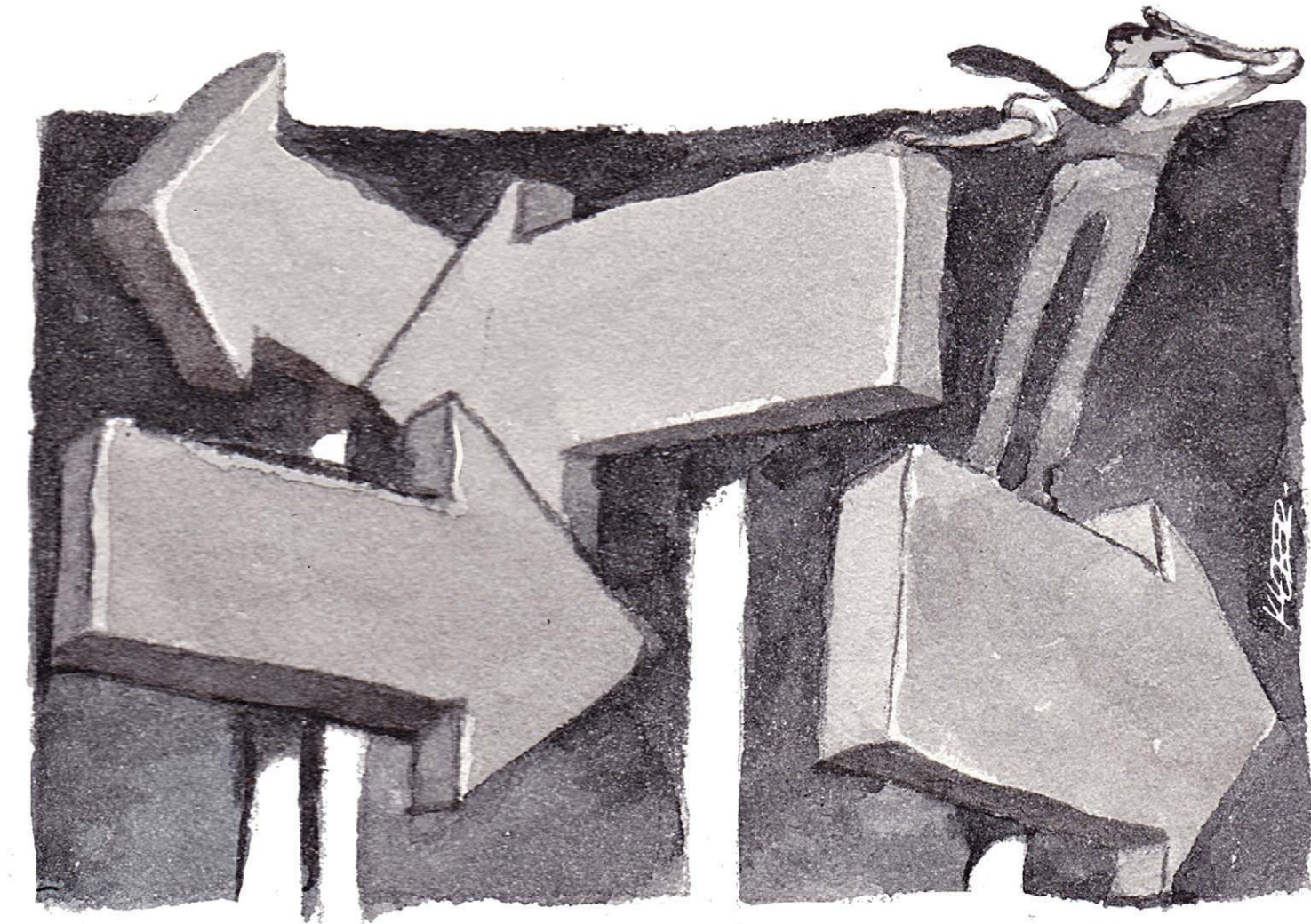
Liberalismo e conservadorismo são essências diferentes, embora possam haver coincidências e valores comuns. O liberalismo é uma doutrina que não tem resposta para tudo, como pretende o marxismo, admite a crítica e a divergência, porque a liberdade é o valor supremo que deve se manifestar em todos setores, econômico, político, social, cultural e até no esporte. Todos os regimes que estimularam a liberdade econômica, sem a contrapartida política, fracassaram, como ocorreu com as ditaduras militares que infestaram o sul da América.

O Estado pequeno é mais eficiente do que o grande. Quanto mais cresce o Estado, mais atribuições assume na vida do cidadão. Ou seja, quanto maior o Estado, menor é a liberdade do

indivíduo. A descentralização é princípio liberal para que haja mais controle da sociedade sobre as diversas instituições políticas e sociais. O liberalismo foi o sistema mais caluniado ao longo da história, seja pelos socialistas, comunistas e até pelas encíclicas papais. A verdade histórica desmente essa difamação. A doutrina liberal representa a forma mais avançada de cultura que faz progredir, nas sociedades livres, os direitos humanos, a liberdade de expressão, os direitos das minorias e a defesa do meio ambiente.

O contrário de tudo isso é o chamado, pelos especialistas e estudiosos, de espírito tribal, a saudade do homem daquele mundo tradicional — a tribo —, em que o indivíduo era parte inseparável da coletividade, subordinado ao feiticeiro ou ao cacique todo-poderoso. Ele é tratado como um animal na manada, ou no rebanho, adormecido pelos que falam o mesmo idioma, adoram os mesmos deuses e odeiam o outro, o diferente. Esse fenômeno, a saudade da tribo, produziu aquele espetáculo estranho, surreal e lamentável de um bando de brasileiros se reunir para fazer orações diante de enorme pneu de trator, na frente do Comando do Exército, em Brasília. Sintoma de uma sociedade doente.

Tudo isso estará em jogo na eleição deste ano. O Brasil precisa se reencontrar com o caminho do desenvolvimento, do crescimento econômico e integrar o trabalho das sociedades avançadas na pesquisa de novas tecnologias e da área espacial. O país não consegue defender, de maneira eficaz, suas fronteiras, nem seu litoral. Não sabe produzir, nem lançar satélites, depende de tecnologia estrangeira para suas comunicações mais sigilosas. É um gigante completamente adormecido para as exigências do século 21.



A sociedade brasileira não se indigna com mortes violentas de pessoas negras?



»ANACLETO COSTA
Advogado

No Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2025, em análise do perfil das vítimas — nos boletins de ocorrência das mortes violentas, registradas pelas Polícias Civis das 27 unidades da Federação —, constata-se que, em 2024, eram 91,1% dos mortos do sexo masculino. Esse dado apresenta variações de acordo com a natureza do boletim de ocorrência (BO): enquanto entre as vítimas de homicídio doloso 89,7% eram homens, entre as vítimas de intervenções policiais as vítimas do sexo masculino compõem 99,2% do total.

Em relação ao perfil étnico-racial das vítimas, chama a atenção como a distribuição de raça/cor muda de acordo com cada natureza do BO. Se, em média, 79% das vítimas são negras (pretas e pardas), entre as vítimas de latrocínio (roubo seguido de morte), 60,8% são negras e 38,5% são brancas, a maior proporção de brancos entre as naturezas dos documentos analisados.

Já nas mortes em decorrência de intervenções policiais, as pessoas negras representam 82% das vítimas, e as pessoas brancas somam apenas 17,6%. Outra característica que revela a seletividade da letalidade policial no Brasil é o perfil por raça/cor das vítimas, evidenciando a predominância de pessoas negras entre as vítimas de violência fatal, pela polícia, no Brasil.

Para o secretário de Combate ao Racismo da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da CUT (Contraf-CUT), Almir Aguiar, em matéria veiculada pela organização, os números não deixam dúvidas sobre a realidade brasileira. “O Anuário escancara o que sempre denunciávamos: a violência no Brasil tem cor. A juventude negra, as mulheres negras e até os policiais negros são as maiores vítimas de um sistema que os desvaloriza e os trata como descartáveis. Esses dados comprovam o racismo estrutural que atravessa nossa sociedade e também as instituições de segurança pública. É urgente que o Estado assuma a responsabilidade de enfrentar essa realidade com políticas públicas sérias e ações efetivas de combate ao racismo”, afirmou.

Os dados indicam que parcelas de nossa sociedade, incluindo parte das forças policiais, se armou e partiu para a violência em reação à perda de seus privilégios diante da possibilidade de ascensão advinda da luta da população negra por seus direitos e seu espaço. Nesse contexto, na minha visão, aparentemente é aceitável para a sociedade, para a polícia, matar em nome da manutenção dos privilégios. Tudo isso com a ausência da indignação de boa parte da sociedade brasileira.

Talvez um fio de esperança, para que consigamos uma mudança no reconhecimento do racismo estrutural em nossa sociedade, esteja na recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), determinando a adoção, pelo governo federal, de um plano nacional de enfrentamento às violações de direitos da população negra, com políticas públicas voltadas à igualdade racial, com metas, etapas de implantação

e monitoramento de resultados. Tudo com a participação ativa do Conselho Nacional de Justiça.

Para além de ações do poder público, a mudança desse cenário também depende de cada um de nós, ao parar com a ladainha do “não tenho nada a ver com isso porque não mato ninguém” e do “não é comigo, sou aliado na causa contra o racismo”. Além disso, é preciso buscar não reproduzir — em qualquer grau — o modelo de racismo estrutural em que estamos historicamente inseridos. É um rompimento que demanda não apenas a leitura de livros ou participação em palestras com profissionais que tratam do tema. Não existe diploma de graduação em “Desconstrução” que nos livre facilmente dessa formação. É trabalho para toda uma vida.

Essa qualificação envolve escolas, famílias, sociedade civil e mídia. Sendo um processo lento porque passa pela transformação da visão de mundo. Mas homens e mulheres negros continuam a ser mortos simplesmente por serem negros no século 21. Portanto, não temos o luxo de contar com esse tempo. Posar de espectador inocente enquanto a engrenagem que nos formou continua triturando vidas diante de nossos olhos é ser cúmplice.

Se a cada negro assassinado, seguimos reagindo com choque performático e, no dia seguinte, voltamos a tolerar as mesmas notícias, então somos parte ativa da continuidade desse horror. Ou rompemos com essa pedagogia da crueldade (reconhecendo nossos iguais, desnaturalizando nossas desculpas), ou continuaremos assistindo ao massacre cotidiano como tragédia inevitável. Quando, na verdade, é apenas o reflexo mais brutal do mundo que, todos nós, sem exceção, insistimos em manter de pé.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Ética de todos

Os dicionários costumam definir a ética como um ramo da filosofia que estuda e analisa os fundamentos da moral, bem como os princípios que orientam e dão sentido ao comportamento humano. Trata-se de uma definição correta, porém insuficiente para dar conta da dimensão prática e civilizatória que a ética representa. Afinal, sem princípios éticos minimamente compartilhados, não pode haver civilização digna desse nome, tampouco paz social, harmonia coletiva ou relações humanas baseadas no respeito mútuo. A ética não é um ornamento teórico. Ela é o alicerce invisível que sustenta a vida em sociedade.

Sob essa perspectiva, toda conduta humana considerada justa e correta precisa, necessariamente, estar ancorada em princípios éticos. A ética não se submete a modismos, conveniências políticas ou circunstâncias históricas passageiras. Ao contrário, ela tem caráter universal, pois diz respeito às relações humanas sadias em qualquer tempo e lugar. Onde a ética se enfraquece, a dignidade humana passa a ser relativizada e o indivíduo deixa de ser reconhecido como sujeito de direitos para tornar-se objeto, instrumento ou meio, uma verdadeira coisificação do ser humano. É justamente por isso que a ética se torna ainda mais imprescindível no campo da política e da gestão da coisa pública. Se todo cidadão deve pautar sua conduta por princípios éticos, espera-se que homens e mulheres investidos de funções públicas, especialmente aqueles que exercem poder decisório, estejam submetidos a um grau ainda mais elevado de responsabilidade moral. O poder público, por sua própria natureza, exige não apenas legalidade, mas legitimidade ética.

Nesse contexto, causa profunda inquietação o fato de que a mais alta Corte do país tenha passado a discutir, recentemente, princípios mínimos de ética interna. Quando uma instituição dessa magnitude se vê obrigada a debater regras básicas de conduta entre os próprios membros, o sinal que emite à sociedade é inequívoco: algo deixou de ser observado ao longo do caminho. Não se trata de um avanço espontâneo da consciência institucional, mas de uma reação tardia a um processo de desgaste público e perda de credibilidade. É possível que o clamor popular, amplificado pelas redes sociais, pela imprensa e pelo crescente sentimento de indignação coletiva, tenha servido como catalisador dessa nova postura. A sociedade brasileira, cansada de escândalos, contradições e decisões que parecem desconectadas do senso comum de justiça, passou a exigir maior coerência ética das instituições que deveriam zelar pela Constituição e pelo Estado de Direito. No entanto, reconhecer essa pressão não significa ignorar o caráter superficial das medidas que vêm sendo propostas ou debatidas. O que se tem visto, até agora, tanto nas discussões quanto nos gestos subsequentes, aponta mais para um simulacro de ética do que para a ética em seu sentido pleno. Um placebo institucional, destinado a acalmar os ânimos e oferecer uma aparência de correção, sem enfrentar as causas profundas do problema. Ética não se resolve com discursos protocolares, códigos genéricos ou declarações de boas intenções. Ela se manifesta na prática cotidiana, na coerência entre palavras e ações, na disposição de submeter o próprio poder a limites morais claros.

Quando membros da mais alta Corte se envolvem em comportamentos que confundem o papel institucional com preferências pessoais, protagonismo político ou disputas públicas, o que está em jogo não é apenas a imagem do tribunal, mas a própria confiança da população no sistema de justiça. A ética exige discrição, imparcialidade, autocontenção e, sobretudo, respeito ao papel que a Constituição atribui a cada instituição. Sem isso, a linha que separa justiça e arbitrariedade torna-se perigosamente tênue. É preciso dizer, com franqueza, que ainda estamos longe de um cenário em que essa Corte aceite, de forma plena e inequívoca, os ditames da ética conforme deseja a grande maioria do povo brasileiro. A distância entre o discurso institucional e a percepção social permanece grande. Enquanto decisões continuam a ser interpretadas como seletivas, contraditórias ou excessivamente personalistas, qualquer tentativa de resgatar a credibilidade ética soará incompleta. A ética verdadeira exige renúncia. Renúncia ao excesso de exposição, à tentação do poder sem freios, à vaidade que, frequentemente, acompanha cargos elevados. Exige, também, humildade institucional para reconhecer erros e corrigi-los sem subterfúgios. Não se trata de atender a pressões momentâneas, mas de compreender que a legitimidade de uma Corte constitucional não deriva apenas da letra da lei, mas da confiança moral que inspira na sociedade.

Ao viver uma crise profunda de referências éticas, essa ética não será superada enquanto suas principais instituições não assumirem, de forma clara e inequívoca, o compromisso com princípios que transcendam interesses individuais ou corporativos neste país. A ética não pode ser negociável, relativizada ou instrumentalizada conforme as conveniências do momento. Ela deve ser o norte permanente da vida pública. A ética pela qual o país clama não é cosmética; é estrutural. E sem ela não há justiça que se sustente.

» A frase que foi pronunciada

“Você parece considerar os juízes como os árbitros finais de todas as questões constitucionais; uma doutrina realmente muito perigosa, que nos colocaria sob o despotismo de uma oligarquia.”

Thomas Jefferson

» História de Brasília

O último parágrafo é pecaminoso. Ninguém pode nem deve ignorar as normas que regem qualquer profissão, porque é um ponto único em que todas elas se encontram: respeito ao próximo. E é por isso que a carta é publicada na íntegra. (Publicada em 15/5/1962)